

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

Aprovação:	05/06/2025
Entrada em vigor:	18/06/2025
Versão:	6

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Âmbito e Objeto	2
3. Estratégia	2
3.1. A estratégia ESG como decorrência dos deveres fiduciários	2
3.2. A estratégia ESG como complemento da missão e valores da Sociedade Gestora	2
3.3. Eixos de aplicação	2
4. Governança e controlo interno	2
4.1. Aprovação pelo Conselho de Administração	2
4.2. Comité de Sustentabilidade (CSMGA)	3
4.3. Identificação e mitigação do risco de <i>greenwashing</i>	3
4.3.1 Desadequabilidade jurídica dos documentos legais, regulamentares ou constitutivos da Sociedade Gestora, dos seus produtos ou serviços financeiros	3
4.3.2 Desalinhamento entre a Política e os documentos constitutivos dos OICVM ou contratos de gestão discricionária	3
4.3.3 Desalinhamento entre a Política/documentos constitutivos dos OICVM e qualquer comunicação ao público	3
4.3.4 Desalinhamento entre a informação sobre sustentabilidade nos documentos constitutivos dos OICVM ou contratos de gestão discricionária e os processos de investimento	3
4.3.5 Desalinhamento entre a informação sobre sustentabilidade nos documentos constitutivos dos OICVM ou contratos de gestão discricionária e os processos de investimento	4
4.3.6 Informação incorreta da informação utilizada, por deficiência interna de processos ou por informação incorreta prestada pelos emitentes	4
5. Impacto na Política de Investimentos	4
5.1. Áreas prioritárias em matérias de sustentabilidade na gestão de carteiras	4
5.1.1 Áreas prioritárias para efeitos de enquadramento nos Artigo 6º SFDR	4
5.2. Exposição a Investimento Sustentável	5
5.3. Integração das características ESG no processo de Investimento	5
5.4. Diligência devida relativamente aos impactos negativos das decisões de investimento	5
6. Impacto na gestão de riscos	5
6.1 Integração dos riscos ESG	5
7. Impacto na política de remuneração	5
7.1 Integração de fatores ESG na Política de Remuneração	5
7.2 Estruturas remuneratórias e seu alinhamento com o interesse de longo prazo da Sociedade Gestora	6
7.2.1 Sujeição das estruturas remuneratórias a uma gestão prudente dos riscos, nomeadamente em matéria de sustentabilidade	6
8. Impacto na Prestação de informação	6
9. Aprovação	6
10. Fiscalização e Revisão	6
11. Publicação	6

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

1. Introdução

A Montepio Gestão de Ativos SGOIC, S.A. (doravante designada por “Sociedade Gestora”) é uma sociedade gestora de organismos de investimento coletivo (“SGOIC”), sujeita à lei portuguesa e que tem nomeadamente por objeto a gestão de organismos de investimento coletivo de valores mobiliários (OICVMs) e imobiliários (OIs) e a gestão discricionária individualizada de carteiras, e a consultoria para investimento relativa a instrumentos financeiros ou outras funções que lhe sejam atribuídas por lei ou venham a ser legalmente consentidas.

Com o objetivo de dar a conhecer os compromissos estabelecidos e a abordagem por si realizada em termos de investimento nos OICVMs e nas carteiras de gestão discricionária geridas de acordo com fatores Ambientais (*Environmental*), Sociais (*Social*) e de Governança (*Governance*) (doravante, “ESG”), a Sociedade Gestora adotou uma Política de Sustentabilidade (doravante a “Política”), que descreve o modo como estes fatores são integrados e delimitam o desenvolvimento da sua atividade.

A Sociedade Gestora respeita, na elaboração da Política, o quadro regulatório em vigor e, particularmente, o disposto no Regulamento (UE) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019 (*Sustainability Finance Disclosure Regulation*, abreviadamente designado por SFDR).

2. Âmbito e Objeto

A presente Política é aplicável exclusivamente à gestão de organismos de investimento coletivo de valores mobiliários (OICVMs), à gestão discricionária individualizada de carteiras e a consultoria para investimento relativa a instrumentos financeiros ou outras funções que lhe sejam atribuídas por lei ou venham a ser legalmente consentidas, doravante designado por “serviços de gestão da Sociedade Gestora”, visando assegurar e distinguir serviços de gestão que se enquadrem nos Artigos 6º (Produtos não enquadrados pelos Artigos 8º e 9º do SFDR) ou 8º (Produtos que promovem características ambientais e/ou sociais) do SFDR, não tendo como objetivo o enquadramento no Artigo 9º (Produtos que têm como objetivo investimentos sustentáveis) do referido Regulamento. A Função de Compliance acompanha todas as alterações legislativas e regulamentares aplicáveis à atividade da MGA, participando nas ações de formação que se afigurarem necessárias para estes efeitos.

3. Estratégia

3.1. A estratégia ESG como decorrência dos deveres fiduciários

A Sociedade Gestora entende que o tema da sustentabilidade assume uma natureza estratégica no desenvolvimento da sua atividade e que o conteúdo da presente Política constitui uma decorrência dos deveres fiduciários que assume, nos termos da lei, perante os seus investidores e clientes.

Esta vocação estratégica traduz uma orientação que, por um lado, permite identificar riscos relativos aos investimentos a realizar e, por outro lado, também traz oportunidades de investimento e de criação de valor a longo prazo para os seus investidores e clientes, considerando a perspetiva ESG.

3.2. A estratégia ESG como complemento da missão e valores da Sociedade Gestora

A Sociedade Gestora reconhece que os fatores ESG consagrados na Política estão alinhados com os seus valores e com sua missão, nomeadamente na vertente da sustentabilidade ambiental, social e de governação.

3.3. Eixos de aplicação

A presente Política concretiza os principais eixos de atuação ESG no âmbito da atividade da Sociedade Gestora: governação societária; políticas de investimento, gestão de riscos; política de remuneração e prestação de informação. A enquadrar esta matéria, são subsequentemente enunciados os princípios gerais a que cada um dos eixos de atuação deve obediência.

4. Governação e controlo interno

4.1. Aprovação pelo Conselho de Administração

A competência para a aprovação e revisão da presente Política é do Conselho de Administração. Deste modo, a Sociedade Gestora assegura a plena integração da presente Política no sistema de governação.

A aprovação da presente Política pelo Conselho de Administração é precedida pelos pareceres das áreas de controlo de Risco e de Compliance.

A implementação, monitorização ou controlo da presente Política, é assegurada pelas áreas de Investimentos, *Middle-Office* e Operações, Risco e Compliance – através dos procedimentos internos da Sociedade Gestora, desenvolvidos no âmbito das respetivas competências e funções, sujeitas à apreciação do Comité de Sustentabilidade.

A Função de Auditoria Interna, como terceira linha de defesa, atua de forma independente e, no âmbito das suas competências, executa os procedimentos adequados para avaliar a implementação da presente Política e os respetivos processos internos associados.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

4.2. Comité de Sustentabilidade (CSMGA)

A Sociedade Gestora tem estabelecido um Comité de Sustentabilidade, um órgão coletivo cujo objetivo é analisar, discutir e apresentar propostas ao Conselho de Administração sobre as matérias de Sustentabilidade, visando a definição e acompanhamento dos objetivos da Sociedade Gestora neste âmbito, assim como o enquadramento operacional de gestão e controlo dos OICVMs e da atividade de gestão discricionária de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, cuja definição da respetiva Política seja da sua exclusiva competência e responsabilidade.

4.3. Identificação e mitigação do risco de *greenwashing*

A Sociedade Gestora reconhece a mitigação do risco de *greenwashing* como um elemento fundamental para o pleno cumprimento das responsabilidades assumidas na presente Política, na decorrência dos deveres fiduciários que assume, nos termos da lei, perante os seus investidores, participantes e clientes, conforme explicitado na sua Política de Gestão de Conflitos de Interesses e de Transações Pessoais.

Para os efeitos da presente Política, a Sociedade Gestora entende o *greenwashing* como a prática de declarações, ações ou comunicações em que não se reflete de forma clara e justa o perfil de sustentabilidade subjacente a uma entidade, produtos ou serviços financeiros, constituindo-se como potencialmente enganosa para clientes atuais e potenciais, incluindo os OICVMs, os seus participantes e os clientes de gestão discricionária de carteiras ou outros participantes do mercado, independentemente da intenção ou não de dolo ou da existência ou não de prejuízos, e que se pode traduzir numa vantagem concorrencial desleal, podendo ocorrer por omissão, pela produção de alegações infundadas, por inconsistência ou por exagero, conforme os pontos seguintes:

- Omissão: consiste na não divulgação de informação significativa, no enquadramento legal e regulamentar aplicável;
- Alegações infundadas: consiste em informação prestada não suportada em evidências adequadas, independentemente de ser ou não verdadeira;
- Inconsistência: consiste na discrepância entre as informações constantes e/ou divulgadas nos documentos oficiais da Sociedade Gestora, internos ou externos, de carácter formal, legal, regulamentar ou comunicacional;
- Exagero: consiste no *overstatement* de determinada informação face aos objetivos e processos definidos na Sociedade Gestora, nomeadamente a sobrevalorização desproporcionada e não fundamentada dos aspetos ESG.

A Sociedade Gestora reconhece a natureza transversal do conceito de *greenwashing* no exercício da sua atividade, desde a conceção e origem dos produtos financeiros à adequabilidade e fiabilidade da comunicação e informação divulgada, passando pelas práticas de investimento, controlo e acompanhamento.

Para este efeito, a Sociedade Gestora identifica os riscos *greenwashing* abaixo elencados, assim como as diligências devidas para a respetiva mitigação:

4.3.1 Desadequabilidade jurídica dos documentos legais, regulamentares ou constitutivos da Sociedade Gestora, dos seus produtos ou serviços financeiros

- Envolvimento e avaliação das áreas Jurídica e de Compliance, na fase prévia de aprovação pelo Conselho de Administração dos documentos legais ou regulamentares exigíveis.

4.3.2 Desalinhamento entre a Política e os documentos constitutivos dos OICVM ou contratos de gestão discricionária

- Relação causa-efeito clara e escrutinável entre orientações da Política e as informações constantes dos documentos constitutivos ou contratuais.

4.3.3 Desalinhamento entre a Política/documentos constitutivos dos OICVM e qualquer comunicação ao público

- Informações de carácter legal/regulamentar:
 - procedimentos de divulgação de informação obrigatória pela área de Controlo e Reporte.
- Informações de carácter não legal/não regulamentar:
 - supervisão ao nível da Direção e/ou de um ou mais elementos do Conselho de Administração.
- Envolvimento das áreas de Risco, Compliance ou Jurídica quando necessário e requerido.

4.3.4 Desalinhamento entre a informação sobre sustentabilidade nos documentos constitutivos dos OICVM ou contratos de gestão discricionária e os processos de investimento

- Definição, descrição e formalização de procedimentos de acompanhamento e monitorização das políticas de investimento ESG pela função de investimentos (Sala de Mercados).

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

4.3.5 Desalinhamento entre a informação sobre sustentabilidade nos documentos constitutivos dos OICVM ou contratos de gestão discricionária e os processos de investimento

- Sala de Mercados
 - Análise ESG prévia e após investimentos, nomeadamente no enquadramento dos limites e critérios estabelecidos.
- Controlo e Reporte
 - Identificação e divulgação das situações de incumprimento dos limites de investimento ESG definidos e da informação legalmente exigida.
- Risco
 - Identificação e análise das eventuais situações de incumprimento dos limites de investimento ESG, com reporte em sede do Comité de Sustentabilidade.

4.3.6 Informação incorreta da informação utilizada, por deficiência interna de processos ou por informação incorreta prestada pelos emitentes

- Assegurar a qualidade do processo de seleção do fornecedor de dados ESG;
- Conhecer e divulgar o processo de tratamento de dados ESG ao nível do fornecedor ESG e Sociedade Gestora;
- Conhecer e divulgar as limitações quanto à metodologia de processamento dos dados ESG ao nível do fornecedor e da Sociedade Gestora;
- Conhecer e divulgar os processos de diligência e avaliação da qualidade dos dados ao nível do fornecedor de dados e Sociedade Gestora.

Cumulativamente com os processos de natureza operacional e funcional acima identificados e descritos, a mitigação do risco de *greenwashing*, é reforçada através dos seguintes pilares de governação:

- Conselho de Administração:
 - Com a apreciação e aprovação, após os pareceres prévios favoráveis das áreas de Risco e de Compliance requeridos, da presente Política e documentos constitutivos e contratuais da Sociedade Gestora.
- Comité de Sustentabilidade:
 - Através do acompanhamento das matérias ESG, com independência, transversalidade e multidisciplinaridade, no espectro das atividades e funções da Sociedade Gestora.

4.4. Fontes de Informação

Para o exercício dos objetivos e responsabilidades assumidas na presente Política, a Sociedade Gestora assegura a necessária prestação dos dados e informações, através da contratualização de entidades especializadas e internacionalmente reconhecidas neste segmento de mercado, podendo ainda, e complementarmente, recorrer a informações divulgadas por outras fontes ou entidades oficiais, tendo como objetivo maximizar a qualidade de informação e o universo de ativos financeiros analisados no âmbito ESG.

Não obstante a Sociedade gestora reconhece que existe ainda um caminho a percorrer, em termos de disponibilidade, qualidade e fiabilidade dos dados divulgados pelas empresas emitentes e reguladores, dada a complexidade e extensão das matérias envolvidas.

A implementação, o acompanhamento e o controlo dos investimentos no âmbito e objetivos da presente Política, é limitada aos dados ou informações ESG disponibilizados pelas fontes de informação contratualizadas, com potencial impacto na análise e decisões dos investidores e da Sociedade Gestora.

As situações de ausência de dados ou informações ESG, relevantes no âmbito da presente Política, estão sujeitas a identificação e quantificação, para o melhor acompanhamento.

Neste contexto, a Sociedade Gestora releva a importância da comunicação regulamentarmente prevista quanto às limitações associadas à fiabilidade e tratamento de dados, assim como as diligências devidas.

5. Impacto na Política de Investimentos

5.1. Áreas prioritárias em matérias de sustentabilidade na gestão de carteiras

Visando o alinhamento com os seus valores e missão no âmbito da atividade de gestão de carteiras e do regulamento SFDR, a Sociedade Gestora, em matéria de decisões de investimento e tendo como objetivo a boa gestão e redução dos riscos ESG, integra as seguintes características de sustentabilidade:

5.1.1 Áreas prioritárias para efeitos de enquadramento nos Artigo 6º SFDR

Aplicável a ações ou dívida de empresas ou de entidades soberanas:

Setores

1. Excluir o investimento em empresas cuja atividade seja classificada como “Tabaco”;

Governança

2. Excluir o investimento em empresas e pessoas sancionadas pela UE;

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

3. Excluir o investimento em empresas com o risco mais elevado associado a más práticas de Governação;
4. Excluir o investimento em empresas ou Dívida Pública/Países com o risco elevado associado a práticas desadequadas de governação;
5. Excluir o investimento em empresas com o risco mais elevado associado a eventos ESG que podem impactar negativamente os acionistas, o ambiente ou o funcionamento da empresa (controvérsias).

Aplicável a OICVM's ou ETF's:

6. Não são aplicados os Fatores e Critérios acima elencados;
7. É vedado o investimento em OICVM's ou ETF's temáticos que visem explicitamente a indústria de Tabaco;
8. Devem ser privilegiados os OICVM's ou ETF's que promovam características ambientais e/ou sociais (artigo 8º do SFDR) ou que tenham como objetivo investimentos sustentáveis (artigo 9º do SFDR).

5.2. Exposição a Investimento Sustentável

A Sociedade Gestora pretende promover características Ambientais e Sociais nos serviços de gestão, nos termos acima apresentados, mas não tem como objetivo assegurar qualquer exposição mínima a investimentos considerados sustentáveis. Por «investimento sustentável», deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e as empresas.

5.3. Integração das características ESG no processo de Investimento

A concretização das características ESG priorizadas pela Sociedade Gestora através da presente Política, consubstancia-se num conjunto de fatores ESG, aos quais se aplicam critérios de exposição mínima ou máxima, que são parte integrante das políticas de investimento aplicáveis aos serviços de gestão prestados.

5.4. Diligência devida relativamente aos impactos negativos das decisões de investimento

Para a prossecução dos objetivos em matérias de sustentabilidade na gestão de carteiras, nos termos definidos na presente política e, nomeadamente, no enquadramento do Artigo 6º SFDR, a Sociedade Gestora considerou as áreas prioritárias em matéria de sustentabilidade na gestão das carteiras definidas no ponto **5.1 Áreas prioritárias em matérias de sustentabilidade na gestão de carteiras**, não incorporando e excluindo, para este efeito, os principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade (conforme o previsto no artigo 12.º do Regulamento Delegado UE 2022/1288, 6 abril).

A Sociedade Gestora entende que a transparência das práticas de investimento e respetivos impactos ao nível do ESG, são essenciais para uma correta avaliação por parte dos investidores da estratégia de sustentabilidade dos OICVMs, pelo que reportará a informação necessária nos relatórios periódicos obrigatórios aplicáveis.

6. Impacto na gestão de riscos

6.1 Integração dos riscos ESG

A Sociedade Gestora reconhece os riscos ESG resultantes da atividade das empresas e passíveis de impactar negativamente os respetivos valores económicos, podendo gerar desvalorizações no valor dos ativos selecionados no âmbito dos serviços de gestão desenvolvidos.

Por esse motivo, na definição, aprovação, e implementação das políticas e procedimentos relacionados com os serviços de gestão, no enquadramento da presente Política, a Sociedade Gestora integra fatores e critérios que consubstanciam e delimitam características de natureza ambiental, social e de governação, visando a mitigação do risco dos potenciais impactos negativos no valor dos ativos, com origem em eventos adversos no âmbito ESG.

A integração e acompanhamento dos riscos em matéria de sustentabilidade no processo de investimento é consubstanciada pela implementação de uma matriz de fatores e critérios ESG integrante das respetivas políticas de investimento aplicáveis aos serviços de gestão prestados pela Sociedade Gestora.

7. Impacto na política de remuneração

7.1 Integração de fatores ESG na Política de Remuneração

A Sociedade Gestora integra na sua Política de Remuneração fatores em matéria de sustentabilidade e os riscos de “*greenwashing*”. O relevo central da Política de Remuneração pressupõe, por seu turno, um sistema de governo que assegura o efetivo acolhimento das melhores práticas nesta matéria.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

Por esse motivo, a Sociedade Gestora inclui questões ambientais, sociais e de governação, proporcionais ao tipo de atividade exercida, nos objetivos de desempenho relevantes para efeitos da atribuição de remuneração variável. A Sociedade Gestora tem presente que a política de remunerações representa um instrumento central de alinhamento de interesses e que se mostra necessário que esta tenha em consideração os objetivos de investimento sustentável, alinhado com os interesses dos participantes, e simultaneamente capaz de assegurar condições para a implementação de uma remuneração justa e apta à atração, fidelização e motivação dos dirigentes e colaboradores.

7.2 Estruturas remuneratórias e seu alinhamento com o interesse de longo prazo da Sociedade Gestora

A Sociedade Gestora adotou uma estratégia clara que permite identificar métricas de ESG relevantes para a sua atividade e que são compatíveis com o seu interesse e visão de negócio de longo prazo, assim como com o investimento sustentável.

Ao identificar as principais métricas ESG a associar à compensação, a Sociedade Gestora realiza uma ponderação de objetivos que asseguram o equilíbrio, a diversidade e a relevância, fazendo depender uma componente significativa da compensação variável do cumprimento de objetivos rigorosos e desafiantes, com vista a garantir um incentivo a um desempenho superior.

A Sociedade Gestora tem presente que existe um risco de não cumprimento de deveres ESG se a componente variável da remuneração consistir predominantemente em remuneração paga sem diferimento ou mecanismo de ajustamento pelo risco *ex-post* e/ou se for utilizada uma fórmula que associe a remuneração variável às receitas do exercício corrente e não aos resultados ajustados pelo risco.

Assim, a aferição do desempenho utilizada para calcular a componente variável da remuneração inclui ajustamentos considerando, entre outros, os vários tipos de riscos ESG, atuais e futuros, estando integrados para o efeito na Política de Remuneração ajustamentos de Redução ("*Malus*").

7.2.1 Sujeição das estruturas remuneratórias a uma gestão prudente dos riscos, nomeadamente em matéria de sustentabilidade

A Política de Remuneração contempla estruturas remuneratórias que otimizam resultados financeiros e promovem um comportamento sustentável sem gerar ou exacerbar riscos sistémicos que possam minar a longo prazo os interesses de investimento.

Ao aplicar mecanismos que permitem a alteração da estrutura remuneratória, a Sociedade Gestora assegura a implementação de incentivos adequados à tomada de precauções e à mitigação de riscos.

Tendo presente a importância de existir um equilíbrio entre as métricas que visam reduzir a exposição a riscos e as que promovem o crescimento sustentável, a Sociedade Gestora integra na Política de Remuneração fatores que atenuam o risco, assim como objetivos que visam incentivar o desenvolvimento do negócio.

8. Impacto na Prestação de informação

A Sociedade Gestora está comprometida com a divulgação clara, concisa e acessível de informações relacionadas com a sustentabilidade de forma a permitir aos investidores finais tomar decisões informadas, de acordo com diretivas, regulamentos e disposições aplicáveis, divulgados através dos canais próprios para o efeito.

9. Aprovação

A presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 5 de junho de 2025, entrando em vigor no dia seguinte à sua divulgação, com os pareceres das áreas de Risco e Compliance.

10. Fiscalização e Revisão

A presente Política é revista de dois em dois anos ou sempre que se justifique, cabendo ao Comité de Sustentabilidade a apresentação de propostas de revisão, objeto de parecer das áreas de Gestão de Riscos e Compliance, para aprovação do Conselho de Administração.

As funções de Compliance e Gestão de Risco monitorizam a política e propõem as alterações que considerem necessárias.

11. Publicação

A presente Política encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da Sociedade Gestora, em <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-activos/>.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE EM INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

Política de Sustentabilidade em valores mobiliários – Histórico de versões			
Versão	Data da versão	Descrição da alteração	Aprovação CA
1	08.03.2021	Aprovação da Política	08.03.2021
2	20.07.2021	5 b) Lista de setores excluídos; Capa; 10. Aprovação, fiscalização e revisão; Datas da Política alteradas de 08.03.2021 para 20.07.2021	20.07.2021
3	14.04.2023	Inserção de 10. Política de Envolvimento; 10.-> 11.; 11.->12.; Adaptação legislativa	14.04.2023
4	04.07.2024	Revisão geral da Política; Adaptação legislativa	28.06.2024, ratificação em 04.07.2024
5	22.10.2024	Ajuste no ponto Governação e Controlo Interno	22.10.2024
6	05.06.2025	Revisão geral da Política	05.06.2025